

## **Fontes Morais e Capitalismo: Um Interpretação \***

Daví José Nardy Antunes\*\*

*“- E por que é que a gente tem que ser marginal ou cidadão? Diga, Zezé.*

*- É para ter a ilusão de que pode escolher, viu Dodó”*

(Tom Zé/ Odair Cabeça de Poeta)

### **Resumo**

Através da idéias de K. Marx, C. Taylor, J. Baudrillard, I. Mészáros e outros, o texto busca fazer uma interpretação do processo de mercantilização engendrado pelo capitalismo. Partindo de uma discussão a respeito das fontes morais do mundo moderno e de suas relações com o avanço do capitalismo, chega-se a interessantes conclusões a respeito da vida moderna, do processo de individuação e dos efeitos da mercantilização sobre as esferas da vida humana e sobre a natureza.

### **À guisa de introdução**

Neste trabalho se buscará apreender os problemas da mercantilização, que estão inscritos nas estruturas do sistema capitalista nos dias de hoje, e as fontes morais da civilização ocidental. Como não poderia deixar de ser, seguiremos Marx ao considerar a realidade como um todo inapreensível. Dessa forma, para compreendê-la precisaremos realizar algum recorte para que obtenhamos um retrato preciso e adequado da realidade. Ao mesmo tempo, enfatizamos que é necessário que esta visão seja global, no sentido de incorporar o sistema capitalista para que se possa superar a fragmentação imposta pelo mesmo<sup>1</sup>.

---

\* Este trabalho é uma versão modificada do capítulo 2 da tese de mestrado do autor.

\*\* Professor do IE/UNICAMP e da FACAMP.

<sup>1</sup> “Alan Greenspan was worried about irrational market exuberance, George Soros was worried about the excesses of capitalism, the chief economist of the World Bank was worried about the impact and severity of structural adjustment programmes in poor countries, the director of global economics at Morgan Stanley was worried about the coming ‘raw power struggle between capital and labour’ and lots of people were worried about social polarization and environmental collapse. No one, however, seemed to be pulling all this together, at least not in public” (GEORGE, 1999, p. 191). O que se pretende aqui é fazer exatamente isso, uma apreensão do todo.

## Capitalismo e Fontes Morais

Um arcabouço dos mais interessantes para tal empreendimento é o proposto por TAYLOR (1997), que desenha um quadro conceitual da identidade moderna ao longo da sua história para tentar captar os movimentos de maior duração, algo que um retrato instantâneo da realidade não mostraria. A partir do seu entendimento do que é fonte moral e de quais são as fontes que conformam a modernidade, ele traça um perfil dos imperativos morais modernos, o que será de grande interesse neste trabalho por mostrar o que está por trás das teorias econômicas e sociais. Fonte moral é um termo técnico para os bens, imaginários ou reais, que geram enriquecimento moral. Por exemplo, na Idade Média, todas as fontes morais dignas de confiança envolviam Deus, já que se vivia em uma “era de crença”. Deus impõe regras para viver, pensar, agir, etc. que são corretas, que permitirão ao fiel, após a morte, a vida eterna ao lado Dele. Ele é para onde as pessoas olhavam em busca de uma referência sobre o que é certo ou errado; as pessoas não roubam, ou se o fazem tem crises de consciência, pois isso é ruim aos olhos de Deus.

E assim foi durante muito tempo, em que foram lentamente gestadas novas possibilidades de fonte moral. Esse espaço surge aos poucos, tendo sido impulsionado pela Reforma Protestante<sup>2</sup>, que é uma espécie de fonte irradiadora de mudanças que incentivam um processo crescente de afirmação da vida cotidiana, de individuação e de desencantamento do mundo.

“O aprendizado de como ser o sujeito desprendido de controle racional e, depois, um *self* pontual é acompanhado e até intensificado por um senso de nossa dignidade como agentes racionais. Vimos como, com Descartes e Locke, e mais tarde veremos com nova ênfase em Kant, essa dignidade torna-se, ela mesma, uma fonte moral. Em todos esses autores, essa dignidade é colocada numa perspectiva teísta. As capacidades espantosas da razão e da vontade humanas foram criadas por Deus e fazem parte do seu plano; além disso, são o que constitui a imagem de Deus em nós. Mas, como agora as fontes estão dentro de nós, mais particularmente em certas capacidades que possuímos, existe aí a base para uma moralidade independente, isto é, não teísta” (TAYLOR, 1997, p. 407).

---

<sup>2</sup> Esta discussão é realizada exemplarmente por TAYLOR (1997), parte 3.

As fontes morais agora podem ser buscadas não só em Deus, mas nas duas novas fronteiras: a dignidade vinculada às nossas capacidades e as profundezas da natureza interior e exterior.

É a partir da evolução histórica da base teísta que surgiram as fontes morais que comandam os homens hodiernos, que são: a própria judeu-cristã e as suas duas derivadas, a razão instrumental e a romântica-expressivista<sup>3</sup>. Todas apontam para a busca da felicidade, são contra o sofrimento *per se*, tem profundas raízes históricas e são ao mesmo tempo complementares e rivais.

A cultura moderna é resultado do movimento e da interação destas fontes, que podem ser esquematizadas como um espaço tridimensional em que cada fonte é um dos eixos. Os eixos modernos são, na visão de Taylor, problemáticos desde a raiz, o que o leva a chamá-los de “fronteiras” a explorar. Isto é provocado pelo fato destas fontes terem surgido como uma contestação da visão teísta que imperava, ou seja, “(...) são inerentemente contestáveis de uma forma que a visão teísta não é. É claro que o teísmo é contestado quanto à sua veracidade. (...) Mas ninguém duvida que aqueles que o adotam encontrarão nele uma fonte moral inteiramente adequada” (TAYLOR, 1997, pp. 409-410). Isto é, a fonte teísta é baseada em algo superior ao terreno, ela é transcendental, resultado dos desígnios de Deus. E as fontes modernas são questionáveis por não estarem baseadas em algo superior, fora do nosso alcance.

No entender de Taylor, as novas fontes morais se apropriam dos bens que permitem enriquecimento moral da base teísta. Elas são parasitárias e não são capazes de propor alternativas concretas, já que elas apenas criticam sem conseguirem construir bases alternativas em que se possam ancorar os homens<sup>4</sup>. O ataque feito à base teísta pela razão instrumental e pelo romantismo-expressivista é consistente e faz muito sentido, só que o problema desta ofensiva é o quê pôr no lugar. Esta é uma questão central das ciências humanas, bem colocada por FREUD (1931): qual seria uma fonte moral, um motivo, ou o que quer que seja, que permitiria a constituição de uma verdadeira e duradoura civilização? Este responde à questão colocando que a religião não foi capaz de tal coisa; no entanto, ele

---

<sup>3</sup> Esta também por ser representada pelas visões modernistas que a sucederam.

<sup>4</sup> Este é um dos principais pontos de sua crítica ao marxismo, mas não faz parte do escopo deste trabalho nem tampouco oblitera as conclusões.

não consegue antever o que poderia realizá-la. Taylor, diferentemente, acredita no potencial da religião em parte por não enxergar alternativas, tal como Freud. Afinal de contas, ele não vê nas outras duas fontes capacidades de realizar tal tarefa, só restando a religiosa como saída. Mas ele também confia na base teísta por ser religioso, o que o levará a incorrer num erro a ser discutido mais adiante, já que primeiro é preciso discutir o que são as outras fontes em questão.

A fonte moral aqui chamada de razão instrumental é produto, sem sombra de dúvida, do Iluminismo anglo-saxão. O utilitarismo, ou filosofia radical, foi muito forte na Inglaterra, muito influenciada pela Revolução Newtoniana que, como o próprio nome diz, foi uma mudança de grande impacto sobre o pensamento da época. Com Newton, o domínio sobre a natureza e o entendimento do real advêm do conhecimento das leis naturais: o método newtoniano busca determinar o menor número possível de leis gerais que, uma vez descobertas, vão capacitar todo o detalhamento do fenômeno a ser explicado por um método sintético e dedutivo. O dever do cientista é descobrir as leis naturais que estão por trás dos acontecimentos e era exatamente esta a intenção dos utilitaristas para com as ciências morais<sup>5</sup>. Eles consideram ser possível conduzir um estudo do homem como um indivíduo e um ser social da mesma forma que os físicos estudam os seus problemas. Aliás, Halévy definiria o utilitarismo como a tentativa de aplicar os princípios de Newton à política e à moral. Este newtonianismo moral coloca, no lugar do princípio da atração universal, o da associação de idéias e o da utilidade. Seu maior expoente, Jeremy Bentham, apregoava que

“(...) nature has placed mankind under the governance of two sovereign masters, *pain* and *pleasure*. It is for them alone to point out what we ought to do, as well as to determine what we shall to do. On the one hand the standard of right and wrong, on the other the chain of causes and effects, are fastened to their throne.... The *principle of utility* recognises this subjection, and assumes it for the foundation of that system, the object of which is to rear the fabric of felicity by the hands of reason and of law” (BENTHAM, 1841, apud HALÉVY, 1955, p. 26).

Por exemplo, no caso das ações, pode-se dizer que se no mundo físico se obedece às leis do movimento, no mundo moral se obedece às leis do interesse, sendo que o interesse

---

<sup>5</sup> “The aim of Bentham, as all of the Utilitarian philosophers, was to establish morals as an exact science” (HALÉVY, 1955, p. 15).

peçoal é a medida universal do mérito das ações do homem<sup>6</sup>. Considerar como válido o princípio da utilidade significa que para todos os homens a felicidade é uma quantidade e os prazeres e as dores são valores aritmeticamente calculáveis, algo como uma moralidade matemática<sup>7</sup>. Quer dizer, isto significa que a aplicação das leis da física pode nos oferecer uma interpretação da vida humana, abrindo analogias profundas entre o funcionamento dos seres em todos os níveis.

“A descrição do homem lutando para preservar e aumentar sua felicidade não é apenas o resultado correto da reflexão distanciada; é também a verdadeira base da vida moral. Precisa ser resgatada não apenas das falsas teorias explanatórias espiritualistas, mas também da falsa depreciação que sofreu nas mãos da religião e da metafísica, que conclamaram os homens a negar esses impulsos em nome das satisfações e bens puramente imaginários” (TAYLOR, 1997, p. 421).

“Apenas o enfoque na utilidade prometia uma busca da felicidade mais determinada. E a razão desprendida pretendia varrer os obstáculos a uma promoção universal e imparcial do bem-estar. O motivo de aceitar o princípio da utilidade, diz Bentham, é fazer dele ‘o fundamento daquele sistema, cujo objetivo é erigir o edifício da felicidade por meio da razão e da lei’” (p. 417).

Esta fonte moral só reconhece um bem, qual seja, o prazer. A busca deste bem deve ser feita de maneira eficiente e impõe que a obrigação moral se concentre nas ações e não

---

<sup>6</sup> Como o próprio Marx cita com boa dose de ironia: “La *órbita de la circulación o del cambio de mercancías*, dentro de cuyas fronteras se desarrolla la compra y la venta de la fuerza de trabajo, era, en realidad, el verdadero *paraíso de los derechos del hombre*. Dentro destos linderos, sólo reinan la *libertad*, la *igualdad*, la *propiedad*, y Bentham. (...) Y Bentham, pues a cuantos intervienen en estos actos sólo los mueve su interés. La única fuerza que los une y los pone en relación es la fuerza de su *egoísmo*, de su provecho personal, de su *interés privado*” (grifo do autor) (MARX, 1867, 1999, pp. 128-129).

<sup>7</sup> “For a person, considered by himself, the value of a pleasure or a pain, considered by itself, will be greater or less according to the following circumstances: 1st, its *intensity*, 2nd. Its *duration*, 3rd. Its *certainty* or *uncertainty*, 4th. Its *propinquity* or *distance*. These, according to Bentham, are the four *elements*, or elsewhere the four *dimensions*, of pleasure or of pain. But the value of a pleasure or of a pain, considered in relation to pleasures and pains which may follow or accompany it, varies according to two others circumstances: its *fecundity*, the chance it has of being followed by sensations of *same* kind; its *purity*, the chance it has of not being followed by sensations of the *opposite* kind. To the six elements a seventh must be added, if one has in view no longer a person considered in himself, but a given *number* of persons. This is the *extent* of pleasure, that is to say ‘the number of persons to whom it *extends*, or (in other words) who are affected by it’. Thanks to our knowledge of these elements, the formula of the greatest happiness of greatest number acquires a scientific meaning. (...) Further, the operations of moral arithmetic are not all the same kind. Pleasures of different values are *added*, but the value of given pleasure is *multiplied* by the number of individuals who feel it; and the elements which make up the value of a pleasure are *multiplied* by each other – the numbers which express the intensity by those which express the duration, the numbers which express the amount by those which express the propinquity or probability” (HALÉVY, 1955, p.30-31).

nas motivações. Os atos devem ser racionais em relação aos meios, não em relação aos fins, de um ponto de vista weberiano. Isso leva a um grave problema:

“(...) quando se passa (...) para a construção de uma nova ordem, torna-se repetidamente evidente quanto a perspectiva utilitarista é frágil e, ao mesmo tempo, ameaçadora. Frágil porque a construção requer a certa percepção dos bens que se quer promover e não apenas daquilo que se é contra. Ameaçadora porque a recusa em definir quaisquer bens além do bem oficial da eficácia instrumental na busca da felicidade pode levar a uma destruição estarrecedora do estilo de vida de uma sociedade, a um nivelamento e supressão de tudo que não se encaixa nessa visão afunilada, um processo do qual as consequências modernas da racionalidade burocrática oferecem amplo testemunho, desde a Lei da Assistência Social de 1834 até a catástrofe de Chernobil” (TAYLOR, 1997, p. 437).

Entretanto, Taylor considera a fragilidade parasitária do utilitarismo tão significativa – incapaz de sozinho organizar o mundo – que o seu potencial ameaçador não lhe parece tão grande, já que pode ser contrarrestado pelas outras fontes. Este ponto, já citado, merece ser mais bem elucidado mais à frente, já que tal conclusão é decorrente do problema de sua posição ideológica.

John Gay, precursor do utilitarismo, mostra a derivação da filosofia radical a partir da base teísta original, já que ele apela à idéia de recompensas e penalidades divinas dos nossos atos. Para ele, todos os homens buscam o prazer e evitam a dor; esta é a lei de toda ação humana e a que leva à felicidade. A forma para se alcançar este objetivo, no entanto, varia entre os indivíduos, porque a associação de idéias varia de um para o outro, a felicidade não é o mesmo conjunto de idéias para todos. E o dever do moralista é descobrir qual é a lei que está por trás dessas variações individuais, se o objetivo dele é levar a humanidade à felicidade (GAY, 1969).

Resta ainda discutir a última perna do tripé de fontes morais que constituem o mundo em que vivemos: a oriunda da natureza – seja interna, seja externa – que é denominada aqui de romântico-expressivista<sup>8</sup>. Fortemente influenciada por Rousseau, ela se assenta imensamente na esfera interior e na ligação desta com a natureza.

---

<sup>8</sup> A discussão aqui se centra na forma mais geral do romantismo expressivista, já que ele possui diversas variantes. A discussão a este respeito é realizada por TAYLOR (1997), especialmente nos capítulos 21 a 24.

“Não é só que, graças a Deus, tenho sentimentos que concordam com o que, por outros meios, entendo ser o bem universal, mas que a voz interior de meus verdadeiros sentimentos *definem* o que é o bem: como o *élan* da natureza em mim é o bem, é ele que deve ser consultado para se descobrir o bem. Rousseau nunca deu o passo radical para essa posição muito mais subjetivista. (...) Mas ele foi a figura-chave, porque, com uma eloquência ímpar, forneceu a linguagem que podia articular essa visão radical. Bastava que a voz interior se libertasse do jugo e declarasse sua plena competência moral” (TAYLOR, 1997, p. 464).

O romantismo-expressivista coloca uma atitude modificada em relação ao *self* e ao mundo, diferentemente da base teísta, porque não reconhece simplesmente um bem até então ocultado, mas antes ajuda a fazê-lo manifestar-se. Ver o bem, faz o bem. Logo, esta fonte moral é diferente da religiosa pois é interior, surge da comunhão entre o interior do homem e a natureza. E suas variantes podem estar fundadas no mundo natural, nos poderes do *self*, na imaginação criativa. Podem ser novas ou intocadas, não importa, mas a sua influência se torna crescente à medida que aumenta a percepção de que a sociedade moderna, fragmentada e instrumentalista, estreitou e empobreceu a vida.

Tal corrente põe os sentimentos em um lugar central na vida moral:

“é por meio de nossos sentimentos que chegamos às verdades morais mais profundas e, de fato, cósmicas. (...) Nessa perspectiva, uma parte essencial do bem viver deve consistir em estar aberto para o impulso da natureza, estar sintonizado com ela e não desligado dela. Mas isso é inseparável do modo como me sinto, do fato de eu ter sentimentos de determinado tipo. (...) Ela dá valor aos sentimentos por si mesmos, por assim dizer”. Mas mais ainda que isso: “(...) realizar minha natureza significa comungar com o *élan*, a voz ou impulso, interior. E isso torna manifesto para mim e para os outros o que estava oculto. Mas essa manifestação também ajuda a definir o que deve ser realizado. A direção do *élan* não estava e não podia estar clara antes dessa manifestação”. (...) É neste sentido que tal fonte é expressiva e, portanto, o alicerce de uma individuação nova e muito mais completa. As fontes expressivas implicam que cada um de nós tem um caminho original que devemos percorrer; colocam para cada um de nós a obrigação de viver de acordo com nossa originalidade” (TAYLOR, 1997, pp. 476- 481).

Posto isto, pode-se perceber quão forte é a sua presença nos dias de hoje: a nossa vida cultural, nossas autoconcepções e perspectivas operam na esteira do Romantismo.

O próprio movimento ecológico é tributário desta fonte, pois a defesa da natureza e dos diversos ecossistemas ameaçados é fundada num sentimento de integração com a

natureza, de busca do superior nela. A natureza é um grande reservatório de força com o qual faz-se mister restabelecer contato, ficar fora dela é murchar. Aliás, as diferenças entre esta fonte e a razão instrumental podem aparecer até na discussão ecológica. Tais fontes também estão por trás da discussão sobre a crescente mercantilização do meio ambiente.

“Por trás das questões particulares quanto aos perigos da poluição ou do esgotamento dos recursos, essas duas perspectivas espirituais estão em confronto. Uma vê a dignidade do homem em seu controle de um universo objetificado por meio da razão instrumental. Se há problemas de poluição ou limites ecológicos, eles próprios serão resolvidos por meios técnicos, por usos melhores e mais amplos da razão instrumental. A outra vê nessa posição diante da natureza uma negação obtusa de nosso lugar entre as coisas. Devemos reconhecer que somos parte de uma ordem maior de seres vivos, no sentido de que nossa vida vem dela e é mantida por ela. Reconhecer isso envolve admitir certo compromisso com essa ordem maior. A idéia é que compartilhar um sistema de vida de sustentação mútua com outras criaturas cria vínculos: uma espécie de solidariedade existente no processo de vida. Estar em sintonia com a vida é reconhecer essa solidariedade. Mas isso é incompatível com a adoção de uma postura puramente instrumental em relação a esse contexto ecológico” (TAYLOR, 1997, pp. 492-493).

De uma perspectiva mais global pode-se dizer que as teorias expressivas surgem como crítica à unidimensionalidade da razão instrumental<sup>9</sup>. Não que elas não possam coexistir e trocar elementos entre si, até porque elas não são imutáveis, mas é que

“o expressivismo romântico surge em protesto contra o ideal iluminista da razão desprendida instrumental, e as formas de vida moral e social que daí advêm: um hedonismo unidimensional e o atomismo. O protesto (...) (torna-se) ainda mais relevante quando a sociedade é transformada pelo industrialismo capitalista numa direção cada vez mais atomista e instrumental. A acusação contra esse modo de ser é que ele fragmenta a vida humana: dividindo-a em setores desconectados, como razão e sentimento; separando-nos da natureza; separando-nos uns dos outros. Também se acusa esse modo de vida de reduzir ou obscurecer o significado: a vida é vista unidimensionalmente como a busca do prazer homogêneo; nenhuma meta se destaca como tendo importância superior. Há porém uma terceira linha de crítica, mais explicitamente política, de que o atomismo – isto é, uma condição em que cada um define seus propósitos em termos individuais e só se relaciona com a sociedade numa perspectiva instrumental – solapa a própria base de coesão de que uma sociedade livre e participativa precisa

---

<sup>9</sup> Tal posição crítica também é vista em Polanyi: “separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI, 1980, p.167).



para se manter” (TAYLOR, 1997, pp. 529-530). (...) O atomismo obscureceu tanto a nossa percepção do vínculo entre ato e consequência na sociedade que as mesmas pessoas que, por seu estilo de vida móvel e voltado para o crescimento, aumentaram em grande escala as tarefas do setor público, são as que mais protestam por ter de pagar sua parte nos custos desses serviços. A hegemonia dessa perspectiva em nossa política, mais arraigada ainda pela burocracia irresponsável, também representa uma ameaça constante à nossa saúde ecológica” (TAYLOR, 1997, p. 645).

Apesar de toda esta compreensão dos problemas gerados pela razão instrumental, Taylor comete um pecado na formatação da relação hierárquica entre as fontes morais, que é originado de seu posicionamento religioso – este é o foco gerador dos problemas já mencionados. Para ele, nenhuma fonte se sobrepõe a outra nem nenhuma delas domina a identidade moderna. O que há é uma enorme confusão entre elas, pois elas se misturam, interagem, confrontam-se e formam uma complexa teia de inter-relações. Isto é em grande parte correto, mas não inteiramente. É preciso ter em mente que a razão instrumental está perpassando progressivamente toda a sociedade. Há, por parte de Taylor, a percepção algo inexata deste processo. Mas ele está mais preocupado com a justificação da fonte moral religiosa como superior, como única forma sustentável de organizar o mundo: tal posição fica claramente exposta no decorrer do texto<sup>10</sup>. Sua posição evoca uma verdade superior que não é passível de verificação científica nem de contestação; ele se apegua a algo fora do mundo real.

Mas a razão instrumental passa a se sobrepôr à fonte religiosa e à fonte romântica pois a sua associação com o capitalismo é muito grande, sua lógica se encaixa muito bem no crescente processo de mercantilização promovido pelo capitalismo. A este respeito é formidável a posição de MELLO & NOVAIS (1998):

“os valores capitalistas – a idéia de liberdade entendida como escolha desembaraçada da tradição e de obstáculos externos à manifestação da vontade, isto é, a concepção ‘negativa’ de liberdade; o postulado de que cada indivíduo é capaz de ação racional, de calcular vantagens e desvantagens ajustadas à realização de seus interesses materiais ou de seus desejos, isto é, o *homo economicus* utilitário; o pressuposto de que a concorrência entre

---

<sup>10</sup> “É claro que eu não sou neutro ao apresentar essas questões. Embora tenha me absterido (em parte por delicadeza, mas muito por falta de argumentos) de respondê-las, o leitor desconfia que minha simpatia se volta para a resposta afirmativa, que eu considero o humanismo naturalista defeituoso nesses aspectos – ou, melhor dizendo, que, por mais poderosas que sejam as fontes naturalistas, o potencial de certa perspectiva teísta é incomparavelmente superior” (p. 660).

indivíduos formalmente livres e iguais acaba premiando cada um segundo seus méritos e dons; o princípio de que o jogo dos interesses individuais leva à harmonia social e ao progresso sem limites, isto é, de que o mercado é o estruturador da sociedade e o motor da história – podem se impor graças à sua funcionalidade para o desenvolvimento do sistema econômico. Mas não devem ser confundidos com o *conjunto* dos valores modernos. Como se sabe, os valores modernos têm outras fontes morais que emergem, de um lado, da Reforma protestante e da Igreja Católica, e, de outro, do racionalismo ilustrado especialmente nas suas vertentes radicais. (...) Historicamente, a modernidade resulta e avança por meio da tensão permanente entre o conjunto de valores mercantis, utilitários, propriamente capitalistas, e o outro conjunto de valores, fundamentados seja religiosa, seja secularmente. Mais ainda: são os valores modernos não mercantis, não capitalistas que, corporificados em instituições (a democracia de massas, a escola republicana, as igrejas, a família cristã, etc.), põe freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo” (pp. 606-607).

Fica claro pelo exposto por Mello & Novais e Taylor, que a razão instrumental vai tomando cada vez mais espaço da esfera social com o avanço do capitalismo. E esta tomada de espaço solapa as diferentes éticas e lógicas existentes na órbita social, em prol de sua visão unidimensional e totalizante. Esta proposição é fundamental e se torna clara aqui: o mundo, os valores, as instituições, os homens estão sendo remodelados de acordo com a ética utilitarista colada ao capitalismo. O avanço do capitalismo não é só a crescente mercantilização das diversas esferas da vida humana, como bem diria o professor Belluzzo, é também a crescente penetração destes valores sobre quaisquer outros<sup>11</sup>. Destarte, é possível perceber que o avanço do capitalismo faz com que as outras esferas do mundo social sejam modificadas pela penetração da lógica econômica sobre elas. Estas outras esferas: cultural, política, religiosa, psicológica, enfim, passam a ser crescentemente mercantilizadas e submetidas à lógica do capital que se torna dominante.

---

<sup>11</sup> “A globalização, em seu desenvolvimento concreto, se apresenta, na verdade, como a ‘regeneração’ das três tendências centrais e inter-relacionadas do capitalismo: 1) a mercantilização acelerada de todas as esferas da vida, inclusive daquelas até agora protegidas (amor, lazer, religião); 2) a universalização da concorrência; e 3) a concentração do poder econômico e político. Isso significa, em primeiro lugar, condicionar o acesso de todos os bens da vida ao impulso cego da acumulação de riqueza sob a forma monetária e abstrata, estreitando o espaço ocupado pelos critérios diretamente sociais, derivados do mundo das necessidades” (BELLUZZO, 2000).

## Os Impactos sobre o Indivíduo

Como ficou claro no item anterior, as duas outras fontes morais também foram incorporadas ao processo de mercantilização<sup>12</sup>, foram fetichizadas, coisificadas. A fonte religiosa progressivamente se manifesta menos em torno de idéias e cada vez mais em torno de atos, de rituais, enfim, de objetos que podem ser comercializados. Ser fiel de uma determinada religião implica muito mais a posse de uma determinada série de mercadorias produzidas em torno de tal seita que um conjunto de valores. A religião ganha um caráter nitidamente utilitarista até mesmo nos casos em que esta tendência não era manifesta.

A ética romântica-expressiva também não foge de tal processo: a expressão do *self* deixa de ser um processo subjetivo de autoconhecimento para manifestar-se através de mercadorias. O aumento do consumo de drogas, os manuais de auto-ajuda não são nada mais que uma comercialização do “eu”. A própria rebeldia adolescente, fenômeno de inspiração romântica que surge junto com o capitalismo, também deixa de ser uma expressão da personalidade individual. Ela passa a se manifestar através de determinadas mercadorias – sejam drogas, *piercings*, roupas, calçados, etc. Uma sacada muito interessante para este trabalho é percebida por Baudrillard:

“O ‘direito ao ar puro’ significa a perda do ar puro como bem natural, a sua passagem ao estatuto de mercadoria e a sua redistribuição social. Seria bom não considerar como progresso social objectivo (a inscrição como ‘direito’ nas tábuas da lei), o que não passa de progresso do sistema capitalista – isto é, de transformação progressiva de todos os valores concretos e naturais em formas produtivas, ou seja, em fontes:

- 1) de lucro económico,
- 2) de privilégio social” (BAUDRILLARD, 1995, p. 57).

---

<sup>12</sup> O próprio reducionismo é um dos motivos desta força irrefreável pois a contenção do desenvolvimento da razão associada ao trabalho torna as certezas mais fáceis que as dúvidas. “Bertrand Russell, cuja reputação começa a recuperar-se de longo crepúsculo, teria dito que o problema do mundo era os burros estarem cheios de certezas, enquanto os inteligentes se caracterizavam pelas dúvidas” (RICÚPERO, 2000). Tal discussão, muito complexa, foge muito aos interesses deste trabalho. Mas aqui ainda cabe uma citação de NIETZSCHE (1881): “No fundo agora se sente... que um tal trabalho é a melhor polícia, pois detém qualquer um e sabe impedir fortemente o desenvolvimento da razão, da voluptuosidade e do desejo de independência. Pois ele faz despendar extraordinariamente muita força de nervos, e despoja esta força da reflexão, da meditação, do sonhar, do inquietar-se, do amar e do odiar”.

A razão instrumental, ao reorganizar progressivamente as diversas esferas da vida, vai se impondo através do contínuo processo de mercantilização que traz dentro de si uma severa ética de desempenho. Os diversos campos da vida humana perdem suas qualidades sensíveis em favor de critérios quantitativos<sup>13</sup> que, obviamente, se pautam pela eficiência e acirram a competitividade<sup>14</sup>. No plano individual, por exemplo, isto aparece de forma muito clara nos dias de hoje sob a idéia do homem moderno, pretensamente liberado, permissivo e tolerante magnificamente visualizados por Costa.

“Como mostram Lasch e Baudrillard, a conversão do corpo e do sexo em objetos de consumo alterou profundamente a representação que o sujeito tem destes componentes de sua identidade. Esta alteração, é bom não esquecer, visa unicamente a atender as necessidades político-econômicas do capitalismo tardio, isto é, manter os valores e a hierarquia de classes, num universo social urbanizado, industrializado e uniformemente integrado pelos meios de comunicação de massa. Por conta desses objetivos, a imagem do corpo foi culturalmente transformada, em dois sentidos: no primeiro, o corpo e o sexo são exaltados como *prova* das virtudes do capitalismo. Os indivíduos são convencidos de que nenhuma sociedade é ou foi capaz de outorgar tanta ‘liberdade’, *autonomia*, *prazer* e bem-estar a seus membros. Cria-se o mito da igualdade diante dos direitos do prazer, simulacro da igualdade diante dos direitos do homem, e reforça-se a ideologia da competição e do sucesso individual. Só os incapazes, os que opõem entraves psicológicos à aquisição deste bem-estar, permanecem marginalizados da democracia do corpo e do prazer. (...) É o lado que exhibe a excelência do regime.

---

<sup>13</sup> Baudrillard tem uma posição muito perspicaz a respeito da quantificação, consumo e degradação ambiental que merece ser citada: “os aspectos deficitários, a degradação e a obsolescência não aparecem lá – e se de fato surgem, é sob o signo *positivo*! Consequentemente, os preços do transporte para o trabalho são contabilizados como despesa de consumo! (...) Toda coisa produzida é *positiva*, toda coisa mensurável é positiva. A baixa da luminosidade da atmosfera em 30%, em Paris, durante cinquenta anos, é residual e inexistente aos olhos dos contabilistas. Mas, se ela originar maior despesa de energia elétrica, de lâmpadas, de óculos, etc., então já existe e manifesta-se logo como aumento da produção e de riqueza social!” (p. 36).

<sup>14</sup> É importante que se diga que esta discussão se dá num plano elevado de abstração e que desde Tocqueville este movimento é percebido: “(...) os homens já não estão unidos por castas, classes, corporações e linhagens, tendendo por isso fortemente a ocupar-se apenas de seus interesses particulares, a pensar somente em si mesmos e a retirar-se a um individualismo em que toda virtude pública acaba sendo sufocada. (...) Já estavam inclinados ao isolamento: ele os isola; já estavam esfriando suas relações mútuas: ele faz com que congelem definitivamente. Já que em tal sociedade nada é fixo, cada um sente-se permanentemente excitado, em parte pelo medo de fracassar, em parte pelo impulso de subir na vida; e como nesse estado o dinheiro, ao tornar-se ao mesmo tempo o critério principal que classifica os homens e condiciona sua categoria social, alcançou mobilidade extraordinária, passando sem cessar de uma mão para outra, mudando a situação dos indivíduos, elevando ou rebaixando as famílias, não há quase ninguém que não esteja obrigado a fazer esforços desesperados e contínuos de assegurar-se dele ou de adquiri-lo” (TOQUEVILLE, 1978 (1856), p.09, apud KURZ (1993).

O segundo sentido complementa o primeiro e procura sanear as mazelas e detritos que o decantado progresso técnico não consegue esconder. Esta mesma sociedade que diz liberar os corpos de sua função instrumental (trabalho e reprodução da espécie) para entregá-los ao ‘direito do prazer’, é a sociedade que polui o ambiente; incentiva a competição e a concorrência por prestígio, *status*, celebridade; fabrica guerra entre sexos e gerações, mata muitos de fome e abarrota uns poucos de comida e, enfim, ameaça a todos, democraticamente, com a iminência do enfarte. (...) A vida, ensina o capitalismo moderno, é um ‘mar de rosas’ para os que são livres. Como todos foram liberados para gozar, só os incapazes continuam a sofrer. (...) ninguém está à altura deste ideal, por um motivo simples: ele não é criado para ser alcançado e, portanto, para saciar o prazer dos indivíduos, mas para mantê-los em estado de perpétua insatisfação, que é o combustível do consumo. Junto com novos modelos de roupa, aparelhos de som, televisores, calculadoras eletrônicas, vídeo-cassetes, microcomputadores caseiros, relógios cronometrados, etc., os novos modelos de beleza, saúde e prazer são construídos numa velocidade vertiginosa” (COSTA, 1984, pp. 178-181).

Quer dizer, o sujeito se vê obrigado a seguir o padrão vigente de ser “o melhor”. Em todos sentidos possíveis, no trabalho, no sexo, com os amigos, etc. E este padrão de desempenho é fortemente quantitativo e totalizante: determinada pessoa é melhor porque ganha mais que a outra, Sicrano é melhor que Beltrano porque conquista mais mulheres e por aí vai, tal processo não tem fim.

“A pressão psicológica e social da mobilidade, do estatuto, da concorrência a todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura, etc.) torna-se cada vez mais pesada para todos. (...) Em última análise, o preço mais elevado da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra...” (LISLE apud BAUDRILLARD, 1995, p. 35). “(...) É aqui que toda a psicofuncionalidade, antes analisada, assume todo o seu sentido económico e ideológico. O corpo ajuda a vender. A beleza ajuda a vender. O erotismo promove igualmente o mercado. E não é este o menor dos motivos que, em última estância, orientam todo o processo histórico de ‘libertação do corpo’. Com o corpo acontece a mesma coisa que com a força de trabalho. *Importa* que seja ‘libertado e emancipado’ de modo a ser racionalmente explorado para fins produtivistas” (BAUDRILLARD, 1995, p. 143).

Tal processo pode ter sido positivo por liberar a humanidade de muitas amarras, a famigerada missão civilizatória do capital, mas a ênfase crescente na eficiência e no utilitarismo associada a mercantilização progressiva criou uma nova sociabilidade que se dá apenas via mercado, porque os diversos âmbitos da vida humana são reorganizados de

acordo com sua lógica unidimensional. “(...) Com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as ‘virtudes’ exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homem e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio” (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 581).

Mas isso traz embutido em seu movimento consequências perversas: a destruição do indivíduo e a sua transformação em mero objeto de consumo<sup>15</sup>. A partir deste ponto de vista, fica impossível esconder a lei de ferro da mercantilização e a verdade objetiva das relações sociais que é a concorrência e a generalização do valor de troca no cotidiano e nas relações pessoais.

“É legítimo, portanto, afirmar que a era do consumo, em virtude de constituir o remate histórico de todo o processo de produtividade acelerada sob o signo do capital, surge igualmente como a era da alienação radical. Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi reassumido por esta lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objectivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é *espectacularizado*, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em signos, em modelos consumíveis” (BAUDRILLARD, 1995, p. 205).

### Capitalismo, Teoria Econômica e Utilitarismo

Mudando um pouco o foco, o utilitarismo também pode ser visualizado na teoria econômica tradicional. Isto é deveras importante aqui pois mostrará como a lógica da teoria econômica neoclássica apóia o avanço da lógica cega e unidimensional do capitalismo. Mészáros, com grande acuidade, aponta o vínculo entre a teoria ortodoxa e sua fonte, o utilitarismo.

“For the new economics the key orienting principle of ‘*equilibrium*’ is inextricably tied to the notion of the individuals’ ‘*utility maximization*’. Everything else is built around these two principles which are never *established*, but always *assumed*. They reciprocally and quasi-axiomatically

---

<sup>15</sup> “O que actualmente se procura com mais empenho não é nem uma máquina, nem uma fortuna, nem uma obra: é a personalidade” (RIESMAN apud BAUDRILLARD, 1995, p. 88).

support one another, constituting thereby the real armour of the theory” (MÉSZÁROS, 1995, p. 87).

O que é corroborado por Myrdal que, em seu livro *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, argumenta que a ciência econômica contemporânea é filha da filosofia utilitária e da filosofia do direito natural.

Um ponto importante para Myrdal, que marca a origem utilitária da economia, é a noção de *bem-estar geral* – a ser maximizado – que seria a soma dos prazeres e desprazeres de todos os indivíduos. “Estou sugerindo que a teoria econômica, tal como se desenvolveu, representou, em parte, uma racionalização dos interesses e das aspirações do meio onde surgiu” (MYRDAL, 1960, p. 164). A Inglaterra, berço da filosofia radical, foi o centro dos desenvolvimentos teóricos mais significativos nas ciências econômicas. E sua origem intelectual foi o utilitarismo. Logo, é possível encontrar vínculos entre ambos e é exatamente o que a análise da lógica da teoria neoclássica mostra: a razão instrumental – unidimensional e totalizante – incorporando a natureza e a sociedade à sua perversa lógica quantitativa.

Antes de prosseguir a respeito da progressiva e totalitária tendência referida, faz-se mister explicitar que a transformação de tudo em quantidades é uma consequência direta da mercantilização. Simmel, em *A Chapter in the History of Value*, argumenta que o processo de depauperação das qualidades das coisas é imanente ao desenvolvimento social do valor: “the object must first be detached from this sensibility, in order to acquire for our understanding the peculiar significance which we call value” (SIMMEL, 1900). Nessa linha, pode-se dizer que os produtos do trabalho, o homem, a natureza, os valores morais, etc. precisam, para se tornarem intercambiáveis, perder as suas características de valor de uso. O que quer que exista deve ser passível de troca por um certo montante de dinheiro. O que o faz próximo de Marx, nas suas teorizações sobre o valor, apesar de usar uma linguagem não-marxista. Mas o que se deve reter aqui é que para entrar no mercado, é inevitável a transformação unidimensionalizante.

Este movimento totalizante é notado por diversas óticas e autores, tais como Mézáros, Polanyi e Kurz, que partem, diferentemente de Taylor, de Marx. Para eles, grosso modo, tal movimento totalizante é fundado no processo crescente e descontrolado de mercantilização. Antes de mais nada, então, é preciso descrever qual é o fundamento do

processo de mercantilização, qual seja, a coisificação das relações sociais, o que tem tudo a ver com o já descrito anteriormente.

“El carácter misterioso de la forma mercancía estriba, por tanto, pura y simplemente, en que proyecta ante los hombres el carácter material de los propios productos de su trabajo, un don natural social de estos objetos y como si, por tanto, la relación social que media entre los productores y el trabajo colectivo de la sociedad fuese una relación social establecida entre los mismos objetos, al margen de sus productores. (...) la forma mercancía y la relación de valor de los productos del trabajo en que esa forma cobra cuerpo, no tiene absolutamente nada que ver con su carácter físico ni con las relaciones materiales que de este carácter se derivan. Lo que aquí reviste, a los ojos de los hombres, la forma fantasmagórica de una relación entre objetos materiales no es más que una relación social concreta establecida entre los mismos hombres” (MARX, 1867, 1999, pp. 37-38).

Vê-se que o capitalismo transforma as relações sociais de produção em coisas, em mercadorias, tal como se pretende com o meio-ambiente. Polanyi, por exemplo, coloca que a produção é a interação do homem e da natureza. “Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda” (POLANYI, 1944, 1980, p. 137).

Mas as mercadorias são coisas de valor abstrato que perdem suas qualidades sensíveis: o homem transforma os produtos do seu trabalho, o local de sua habitação, o todo físico que está à sua volta e que é inextricavelmente ligado a ele, em coisas<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Há que se considerar que este movimento que está sendo descrito não é intencional, no sentido de que a constituição das estruturas aqui descritas é resultado de ações premeditadas mas sim que resulta de interações e forças diferentes ao longo do tempo, “o caminho é feito andando”. O que se procura ressaltar com isso é que não há determinismo histórico, como poderia inicialmente transparecer. A idéia aqui exposta é análoga a de ELIAS (1990(1939)), a respeito do surgimento do feudalismo: “Cada vez mais, os historiadores interessados pelas origens do feudalismo enfatizam que esse sistema não foi criação deliberada de indivíduos nem consistiu em instituições que possam ser explicadas de forma simples por outras, anteriores. (...) Calmette descreve de maneira ainda mais clara essa maneira de abordar os processos sociais da história: ‘Por mais diferente que o sistema feudal seja do que o precedeu, ele resulta diretamente do mesmo. Não foi produzido por uma revolução ou por uma vontade pessoal. Faz parte de uma longa evolução. (...) O principal não é saber de onde procede o ‘elemento feudal’, se suas origens devem ser procuradas em Roma ou entre os povos germânicos, mas por que esse elemento assumiu seu caráter ‘feudal’. Se essas fundações se transformaram naquilo que sabemos, devemos isso a uma evolução cujo segredo nem Roma nem os germânicos podem nos revelar” (p. 37-38).



Nesse sentido, é importante a posição de Mészáros a respeito da lógica do sistema capitalista. Ele entende o capitalismo como uma forma de organização social progressiva:

“(...) capital is not a ‘material entity’ (...) but an *ultimately uncontrollable mode of social metabolic control*. The main reason why this system must escape a meaningful degree of human control is precisely because it itself emerged in the course of history as a most powerful – indeed up to the present time by far *the* most powerful – ‘*totalizing*’ framework of control into which everything else, including human beings, must be fitted, and prove thereby their ‘productive viability’ or perish if they fail to do so. (...) To be sure, this characteristic makes the system more dynamic than all the earlier modes of social metabolic control put together. But the price that must be paid for this incommensurable totalizing dynamism is, paradoxically, the *loss of control* over the decision making processes. This applies not only to the workers (...) but even to the richest capitalists. For no matter how many controlling shares the latter might be able to boast in the company or companies which they legally own as particular individuals, their power of control within the framework of the system as whole is quite negligible. They must obey the objective imperatives of the system as whole just like everyone else, or suffer the consequences and go out of the business” (MÉSZÁROS, 1995, pp. 41-42).

Bem, deve-se ressaltar que há uma grande semelhança entre o que acaba de ser exposto, a respeito do capitalismo, e as características da razão instrumental, o que corrobora a idéia já colocada da “mútua cooperação” existente entre o capitalismo e a razão instrumental. O motivador *par excellence* da razão utilitária é a eficácia instrumental na busca da felicidade, o que, no fundo, é a mesma lógica cega do capitalismo. O movimento gerado por esta interação é “sem direção”, já que é movido por uma lógica de meios em que a única coisa que importa é a valorização do capital, é a eficiência, o desempenho. Ora, pautar-se em uma lógica de meios significa que não há objetivos finais, o que não deixa de ser irracional em certo sentido. Investe-se capital para produzir mais mercadorias com mais eficiência para quê? Desmata-se mais com que objetivo? Para gerar mais capital. É um automovimento: capital gerando mais capital. Mas isto é uma lógica de meios, já que o que importa é ganhar cada vez mais dinheiro<sup>17</sup>. Esta é uma meta quantitativa que não leva em

---

<sup>17</sup> “La circulación simple de mercancías – el proceso de vender para comprar – sirve de medio para la consecución de un fin último fuera de la circulación: la asimilación de valores de uso, la satisfacción de necesidades. En cambio, la circulación del dinero como capital lleva en sí mismo su fin, pues la *valorización del valor* sólo se da dentro de este proceso constantemente renovado. El movimiento del capital es, por tanto, incesante (MARX, 1867, 1999, p. 108).

conta a qualidade da vida dos seres humanos nem o meio-ambiente. Não se tem um objetivo final, como, por exemplo, não permitir que os membros da sociedade não passem fome e necessidade. Acumula-se capital por acumular num círculo de ferro do qual não se pode escapar e que não tem um sentido, o que é muito diferente das sociedades pré-capitalistas.

“Ainda que o trabalho, como *labor* no sentido antigo, (...) ocupasse completamente o horizonte de vida das pessoas isso acontecia devido ao grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas, no ‘metabolismo entre os homens e a natureza’ (Marx); o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza (...). No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da ‘primeira natureza’, passam a ser presas numa coação secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma ‘segunda natureza’, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a ‘primeira natureza’, apesar de sua origem puramente social. (...) A mercadoria pré-moderna distingue-se essencialmente da moderna. A primeira não podia constituir nenhuma forma de reprodução social, permanecendo sempre como uma mera ‘forma marginal’ (Marx) nas relações de produção e apropriação baseadas numa economia não monetária; assim sendo, a sociedade como um todo não era nenhum sistema produtor de mercadorias. (...) Mas justamente este não é, de maneira alguma, o processo de produção da mercadoria moderna. O valor, na forma de mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica a *si mesmo*: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade” (KURZ, 1993, pp. 25-27).

Vê-se, ademais, que a incontrollabilidade do capitalismo impõe também uma espécie de totalitarismo econômico: tudo precisa se ajustar às suas determinações. Nos dizeres de Kurz:

“(Atualmente) (...) apenas o Estado e a política integram o âmbito social, enquanto a economia – como já postulavam, no século 18, os fisiocratas e Adam Smith – pertence supostamente à ‘natureza’ e extrapola, com isso, a teoria social em sentido estrito. Ora, ‘leis naturais’ não podem ser totalitárias e ameaçar a liberdade; é preciso aceitá-las como ao tempo. (...) Não é difícil reconhecer o pano de fundo social desse pensamento no fato de o ser humano e a natureza deverem se submeter ‘totalmente’ à máquina social capitalista, a fim de transformar cada átomo ideal, cada idéia e cada sentimento em

material do processo de valorização. Na verdade é a própria lógica econômica do capitalismo, portanto, que suscita a vocação totalitária; (...) Dizia Henry Ford que os compradores de seu "Modelo T" poderiam adquiri-lo em qualquer cor que desejassem, contanto que ela fosse preta; do mesmo modo, o pluralismo liberal dá crédito a todas as idéias e a todos os objetos, desde que possam ser comercializados" (KURZ, 1999).

Outro problema correlato do funcionamento do sistema capitalista, já comentado, é a ausência de uma instância humana de controle, o que nos contrapõe ao ideal de Myrdal: a sociedade, corporificada no Estado, controlando a economia capitalista. Mas o capitalismo é o único sistema de controle do metabolismo social que não possui alguma instância humana no controle: as determinações objetivas do capital devem sempre prevalecer sobre a subjetividade e os desejos do controlador. É exatamente o oposto do sugerido por Myrdal: é a economia independentizada se impondo sobre a sociedade e o Estado, com a anuência de ambos.

"The important point here is that the capital system remains uncontrollable precisely because the objective structural relationship between conscious intention and objective expansionary requirement cannot be *reversed* within the parameters of this particular social metabolic system in favour of truly controlling intentions. There can no room for consciously carried out – that is to say, truly autonomous – operative intentions within the structural framework of capital because the imperatives and strictly *instrumental* demands of the system as a whole must be imposed on and *internalized by* the personifications of capital as 'their intentions' and 'their motivations'. (...) The system follows (and ruthlessly asserts over all individuals, including its 'controlling' personifications) its own 'iron determinations', no matter how grave their implications even for the human survival, and even in the not so long run" (MÉSZÁROS, 1995, pp. 77-78).

Isto é inevitável, como já foi dito, porque no sistema capitalista ou você segue as determinações objetivas do capital em busca de valorização ou você é cuspidor fora do sistema. O crescimento econômico não é realizado para preencher aspirações humanas mas sim para alimentar a acumulação de capital.

"(...) The necessity to successfully meet the requirements of unconstrainable expansion – the secret of capital's irresistible advance – had brought with it an insurmountable historical limitation as well. This it did not only for the sociohistorically specific form of bourgeois capitalism, but altogether for the viability of the capital system in general. For this system of social metabolic control either had to succeed in imposing on society its ruthless and

ultimately irrational expansionary logic, no matter how devastating the consequences; or it had to adopt some rational constraints which directly contradicted its innermost determination as an unrestrainable expansionary system” (MÉSZÁROS, 1998).

Desta forma, um ponto que se reafirma, corroborado tanto por Polanyi<sup>18</sup> como por Baudrillard, é que o avanço do capitalismo sobre as outras órbitas é nefasto tanto para a sociedade como para a natureza.

“Em suma, em toda a parte se toca num ponto em que a dinâmica do crescimento e da abundância se mostra circular e começa a girar sobre si mesma e em que o sistema se esgota, de modo progressivo, na sua reprodução. Limiar de *patinagem*, onde todo o aumento de produtividade passa a alimentar as condições de sobrevivência do sistema. O único resultado objectivo é então o crescimento canceroso dos números e balanços; mas, no essencial, regressa-se propriamente ao estágio primitivo, que é o da penúria absoluta do animal ou indígena, cujas forças se esgotam na preocupação pela sobrevivência” (BAUDRILLARD, 1995, p. 35).

O que se apreende do exposto até aqui é que a lógica do sistema capitalista, a teoria econômica ortodoxa e a razão utilitária têm a mesma origem e operam em diferentes planos de abstração, mas no mesmo sentido. As ligações entre a razão utilitária e o capitalismo, assim como entre a teoria econômica e razão utilitária, já foram ressaltadas; falta complementar a última relação: capitalismo e teoria econômica. A teoria neoclássica, ao colocar o mercado como *deus ex-machina*, abre caminho para o livre funcionamento capitalismo: suas proposições são sempre a favor do funcionamento livre dos mercados, o que permitiria a melhor alocação de recursos. Mas mesmo supondo que se alcance tal alocação de recursos, tal paradigma se posta a favor da crescente mercantilização que,

---

<sup>18</sup> “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, ‘a força de trabalho’, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo que acontece ser o portador desta mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiram sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas” (POLANYI, 1980, p. 85).

como foi exposto, possui um enorme potencial destruidor sobre a natureza, a sociedade e si mesmo.

O avanço capitalista é potencializado pela justificação social propiciada pelo utilitarismo também na discussão econômica, já que a teoria é baseada de utilitarismo. Este é um ponto pouco considerado: a postura ideológica de tal teoria é extremamente problemática para a sociedade e para a natureza; ao colocar o funcionamento desimpedido dos mecanismos de mercado como o correto, a teoria leva a mercantilização adiante. Qual seria a lógica de se tentar proteger algo do mercado se ele é a panacéia? Na esfera ambiental, então, isto fica mais claro ainda: a colocação da natureza no mercado vai engendrar um processo de devastação e degradação ambiental que, não há sombra de dúvida, ameaçará o futuro da espécie humana na Terra. Tal conclusão, à primeira vista surpreendente, decorre da análise realizada acima pois é consistente com a argumentação apresentada e aponta para o afastamento da mercantilização do meio ambiente se se pretende a preservação do meio biofísico e a sobrevivência da humanidade na terra.

Destarte, esse movimento cego e descontrolado precisa ser dominado, submetido a objetivos de longo prazo para que seja possível a existência de uma sociedade minimamente civilizada, porque a fundamentação do sistema capitalista reside em gerar mais capital, não em organizar uma sociedade civilizada nem em promover as aspirações humanas ou um maior bem-estar. A solução para modificar a escala de hierarquias existentes no mundo de hoje, isto é, submeter o sistema econômico aos interesses da sociedade passa pela construção de anteparos que evitem, ainda que momentaneamente, o avanço do processo de mercantilização ou pela destruição do sistema capitalista e o fim da lógica da mercantilização. É importante que se frise aqui que qualquer uma destas soluções está calcada em mudanças sociais, movimentos coletivos e que, inevitavelmente, as soluções surgirão deles, não de decisões individuais.

Aliás, este é o motivo da inevitável momentaneidade da colocação de barreiras ao avanço do capitalismo. A falta de unidade entre os interesses dos diversos grupos sociais faz com que as estruturas sociais se movam, em geral, na direção do mais forte. Esta constante movimentação da ordem social, forte em alguns momentos e mais fraca em outros, abre espaço para que o capital e a subjacente lógica mercantil possa novamente se libertar e voltar a dominar a situação. É exemplar disto o que aconteceu no pós-guerra. A

montagem da estrutura do Estado de Bem-Estar Social está associada ao enfraquecimento do poder privado capitalista frente às massas. E a sua desestruturação está também ligada à mudança na correlação de forças sociais em prol do capitalismo financeiro nos fins do segundo milênio.

### Considerações Finais

Ao final desta exposição, torna-se muito clara a resposta à questão formulada no início deste trabalho, sobre crescente mercantilização das esferas de vida. Não é possível a continuidade deste processo sem que se engendre uma progressiva degradação e destruição com consequências fora do controle e do conhecimento humano. A penetração da razão instrumental sem direção deve ser contida de todas as formas possíveis em prol da civilização.

O avanço do utilitarismo ocorre simultaneamente ao do capitalismo, já que ambos se apóiam mutuamente, mercantilizando progressivamente a vida humana e depauperando todas as qualidades sensíveis das coisas, da sociedade e da natureza em prol de um quantitativismo cego e sem direção. O aumento da concorrência em todos os níveis e da predação da natureza são decorrências lógicas da crescente mercantilização. Os efeitos sobre os seres humanos e sobre a natureza são perversos pois nada mais importa, só mais e mais dinheiro.

Enfim, é a supremacia da lógica do capitalismo, bem expressa por Mészáros: o capitalismo é orientado para a expansão e dirigido pela acumulação. Possui uma lógica cega e sem direção, que não está controlada por nenhuma instância humana e que não possui nenhuma intenção civilizatória ou de aumento do bem-estar ou da qualidade de vida da humanidade, só geração de mais e mais capital.

A percepção deste automovimento descontrolado é importante para que se pense em impor barreiras que impeçam esta devastação sem sentido. Um movimento análogo de contenção do capitalismo ocorreu no pós-guerra, já que a devastação e o esforço de guerra deixaram um enorme rastro de destruição na Europa, que vinha de um período ultraliberal. A insatisfação social gerou um movimento de criação de barreiras à lógica destrutiva, que

ficou marcado principalmente pelas redes de proteção social e pelos controles de capital dos Estados de Bem-Estar Social.

Eles permitiram um longo período de prosperidade nos países centrais do capitalismo, algo jamais visto na história da humanidade. Foram anos de crescimento econômico e evolução social.

Mas a consecução deste objetivo maior, de harmonia criada à la Myrdal depende muito da união dos que se preocupam com os efeitos deletérios do capitalismo, tanto sociais como ambientais. No fundo, a luta de ambos é contra o comportamento predatório. E os ambientalistas precisam se dar conta de que as soluções para os problemas ecológicos do mundo de hoje não são estritamente econômicas. A adoção dos mecanismos de mercado como *deus ex-machina* para os problemas ambientais é falaciosa: não é tomando mais veneno que nos curaremos. A não ser que se considere a morte, isto é, o fim da vida humana na Terra, como solução.

## Bibliografia

- BAUDRILLARD, JEAN. A Sociedade do Consumo. Lisboa, Edições 70, 1995.
- BELLUZZO, LUIZ G. M. “*Império*”. Folha de São Paulo, 17 de Dezembro de 2000.
- CARDOSO DE MELLO, JOÃO M. & NOVAIS, FERNANDO. “*Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*”. In SCHWARCZ, LILIA M. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, JURANDIR F. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- COSTA, JURANDIR F. “*Narcisismo em Tempos Sombrios*”. In: FERNANDES, HELOÍSA. Tempo do Desejo – Psicanálise e Sociologia. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ELIAS, NOBERT (1960). O Processo Civilizador – Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- FREUD, SIGMUND. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo, Imago, 1931.
- GAY, JOHN. Concerning the Fundamental Principle of Virtue or Morality. In RAPHAEL, D. D. British Moralists 1650-1800 vol. I. Oxford, Clarendon Press, 1969.
- GEORGE, SUSAN. The Lugano Report: On Preserving Capitalism in the Twenty-first Century. Londres, Pluto Press, 1999.
- HALÉVY, ELIE. The Growth of Philosophic Radicalism. Boston, Beacon Press, 1955.
- KURZ, ROBERT. O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- KURZ, ROBERT. “*Totalitarismo Econômico*”. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 1999.
- MARX, KARL F. (1867) El Capital – Crítica de la Economía Política. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. Beyond Capital. Londres, Merlin Press, 1995.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. “*The Uncontrollability of Globalizing Capital* “. Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, vol. 49(9), fevereiro de 1998.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. “*The Need for a Radical Alternative: Interview with István Mészáros*”. Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, vol. 51(8), janeiro de 2000.



MYRDAL, GUNNAR. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

MYRDAL, GUNNAR. El Estado del Futuro. México, Fondo de Cultura Económica, 1961.

NIETZSCHE, FRIEDERICH (1881). Os Apologistas do Trabalho.

POLANYI, KARL (1944). A Grande Transformação. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

SIMMEL, GEORG. “A Chapter in the History of Value”. American Journal of Sociology, vol. 05, 1900.

TAYLOR, CHARLES. As Fontes do Self. São Paulo, Loyola, 1997.